

A Violência sob o Olhar de Lideranças Comunitárias de Londrina, Paraná, Brasil

Violence from the Perspective of Community Leaderships in Londrina, Paraná, Brazil

Marcia Caroline Portela Amaro

Mestre em Saúde Coletiva. Estudante do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina.

Endereço: Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, Km 380, Campus Universitário, Cx. Postal 6001, CEP 86051-980, Londrina, PR, Brasil.

E-mail: mcpariz@hotmail.com

Selma Maffei de Andrade

Doutora em Saúde Pública. Professora Associada do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina.

Endereço: Av. Robert Koch, 60, Vila Operária, CEP 86038-350, Londrina, PR, Brasil.

E-mail: selmauel@hotmail.com

Mara Lúcia Garanhani

Doutora em Enfermagem. Professora Associada do Departamento de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina.

Endereço: Av. Robert Koch, 60, Vila Operária, CEP 86038-350, Londrina, PR, Brasil.

E-mail: maragara@dilk.com.br

Financiamento: bolsas Capes e CNPq

Resumo

Estudos têm mostrado que a mobilização popular é importante para se combater a violência. Este trabalho identificou a visão que lideranças comunitárias de duas regiões da periferia da cidade de Londrina-PR, com diferentes níveis de mobilização popular, têm sobre esse fenômeno. A abordagem utilizada foi a de pesquisa qualitativa, com técnica de análise de conteúdo. Foram realizadas entrevistas com lideranças identificadas a partir do processo “bola de neve”, até a saturação das respostas. Os resultados mostraram que a visão das lideranças é permeada por mecanismos de negação e naturalização da violência, que é sempre algo vindo do “outro” ou de um contexto externo. Houve forte convergência em torno da delinquência em ambas as comunidades, sendo o tráfico de drogas seu principal pano de fundo. As violências estrutural e cultural foram mais destacadas pelas lideranças da comunidade mais mobilizada. A violência institucional destacou-se na visão das duas comunidades, mas principalmente na da mais mobilizada. Estes resultados apontam que as lideranças da comunidade mais mobilizada conseguem ter uma análise mais abrangente do seu contexto social e da complexidade do problema.

Palavras-chave: Violência; Participação comunitária; Pesquisa qualitativa; Liderança; Problemas sociais.

Abstract

Studies have shown that community mobilization is important to fight violence. This study identified the perceptions on violence among leaderships from two outskirts regions with different levels of community mobilization in Londrina, state of Paraná, Brazil. A qualitative approach was adopted, with content analysis of the data. Semi-structured interviews were conducted with leaderships identified through the “snowball” process, until saturation of answers was reached. Results showed that the leaderships’ point of view is permeated by denial and naturalization of violence, and that violence is always something that comes from the “others” or from an external context. There was a strong convergence on delinquency in both communities, and illegal drug trafficking was perceived as its main grounds. Structural and cultural violences were more perceptible for the more mobilized community. Institutional violence was perceived by the two communities’ leaderships, mainly by those from the more mobilized area. These results indicate that leaderships of a more mobilized community have a more comprehensive analysis of their social context and of the complexity of the problem.

Keywords: Violence; Community Participation; Qualitative Research; Leadership; Social Problems.

Introdução

No Brasil, o aumento da violência pôde ser observado desde a década de 1980, associado a problemas sociais e econômicos (Minayo, 2006a), que, de forma geral, tendem a produzir doenças e agravos com o passar do tempo. Assim, no campo da saúde, de alguma forma, a injustiça, a miséria, a fome, a corrupção e a violência vão emergir sob o aspecto da doença e da morte. Por isso, é fundamental que os profissionais da saúde voltem seu olhar para a causalidade social das doenças e agravos que tentam combater (Minayo, 2006b).

Quando se estudam as possibilidades de enfrentamento da violência, a mobilização popular destaca-se nesse processo (Crowe e Ferreira, 2006). Estudos feitos em diversas partes do mundo (Kawachi e col., 1997; Macedo e col., 2001; Aisenberg e Ell, 2005) têm evidenciado que a existência da coesão social, resultante das práticas de participação da comunidade, é um dos fatores de proteção mais eficazes contra a violência. A mobilização popular desperta valores que estimulam a união, a cidadania e o cultivo da paz entre os indivíduos (Souza e Grundy, 2004).

A mobilização popular, porém, é um processo dinâmico e variável entre as populações. Numa cidade que tem passado pelo acirramento da violência, é necessário averiguar qual é a visão que os protagonistas desse processo têm sobre a realidade que os circunda, quais as representações que trazem em mente e que perpassam suas atuações como lideranças da comunidade. De fato, o líder é aquele que tem a capacidade de influenciar o grupo, exercendo persuasão sobre uma coletividade (Lourenço e Trevizan, 2001). Assim, compreender como as lideranças veem determinada realidade possibilita, de certa forma, interagir melhor com esses atores sociais e com as coletividades às quais pertencem, pois, em geral, essas lideranças apresentam capacidade de influenciar o grupo (Lourenço e Trevizan, 2001; Souza e Grundy, 2004). Além disso, observa-se, na literatura, escassez de estudos que abordem a visão da população a respeito da violência, tema com o qual esta pesquisa pretendeu contribuir.

A hipótese aventada neste estudo foi a de que lideranças de uma comunidade socialmente or-

ganizada visualizam o fenômeno da violência de forma mais abrangente do que as de uma menos organizada. Este estudo se propôs a identificar quais são os significados e as manifestações da violência percebidos por lideranças comunitárias de duas regiões da periferia da cidade de Londrina, Paraná, Brasil, diferentes do ponto de vista da mobilização popular. Assim, buscou-se compreender a influência do grau de mobilização popular na construção das representações que permeiam os olhares de suas lideranças.

Trajectoria Metodológica

Este trabalho foi realizado tendo como cenário a cidade de Londrina, situada no norte do Paraná, com cerca de 500 mil habitantes. A proporção de homicídios nessa cidade ultrapassou a de acidentes de trânsito no total das mortes por causas externas em 2001, evidenciando o agravamento do problema da violência local.

As regiões foram escolhidas com base no conhecimento prévio das autoras e em informações colhidas com membros das equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS). A primeira comunidade pesquisada, denominada região A, apresenta um contexto de mobilização popular ainda incipiente, e a segunda, região B, tem um contexto de mobilização popular mais desenvolvido. Constatou-se, na região mais mobilizada, um maior tempo de funcionamento do conselho regional de saúde, maior quantidade de associações comunitárias, agregando uma grande quantidade de participantes, além da realização de projetos sociais em parceria com fundações internacionais, universidades e empresas nacionais e locais.

Para a identificação dos potenciais participantes da pesquisa, utilizou-se o processo chamado “bola de neve”. Primeiramente, foram buscadas informações com as coordenadoras das UBS, que não foram entrevistadas, mas desempenharam o papel de ponto de partida para o processo, indicando outras lideranças da comunidade para as entrevistas. Em seguida, cada uma dessas lideranças indicadas sugeriu outras pessoas para serem entrevistadas, e assim por diante, até que se atingiu a saturação das respostas. Ao todo, participaram 12 lideranças na

região A, e 13 na região B. Na região A, aconteceram duas recusas.

Foram feitas entrevistas semiestruturadas, a partir das seguintes questões orientadoras: “Como está a situação da violência na sua comunidade?” e “Quais tipos de violência podem ser observados aqui na comunidade?”. O período de coleta abrangeu os meses de fevereiro a abril de 2007. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra pela autora principal deste estudo.

Para a análise do material, optou-se pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (Bardin, 2004). As etapas realizadas neste estudo foram:

- leituras flutuantes de todas as entrevistas coletadas e transcritas, para a apropriação pela pesquisadora do teor do material;
- destaque das unidades de registro, ou seja, palavras, expressões, frases e trechos que continham o significado central trazido pelo(a) entrevistado(a);
- definição das categorias empíricas, construídas a partir das unidades de registro encontradas;
- estabelecimento das seguintes categorias de análise: significado, intensidade, abrangência e tipos de violência.

O projeto deste estudo foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina e obteve sua aprovação nos termos da Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (parecer CEP/UEL 288/06). Antes de cada entrevista, foram solicitadas a concordância em participar do projeto e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo participante. A fim de garantir o anonimato absoluto de todos, os entrevistados estão identificados pela letra da região à qual pertencem, seguida de um número. Foram omitidas menções a nomes de lugares ou pessoas que pudessem permitir a identificação dos entrevistados ou dos seus bairros de origem, por meio do sinal [...]. As palavras entre colchetes foram acrescentadas para complementar ou explicitar o significado das falas dos entrevistados.

Resultados e Discussão

A análise das unidades de registro produziu quatro categorias: **significado, intensidade, abrangência e tipos de violência.**

Na primeira categoria, intitulada Significado, foi possível agrupar dois significados: **Violência é o outro** e **Violência é o contexto**. O primeiro diz respeito às formas de violência que se traduzem em atos cometidos por outras pessoas, ou seja, a violência é algo que um “outro” faz contra o entrevistado ou contra alguém com quem ele se identifica e se solidariza. Alguns exemplos deste entendimento de violência foram os assaltos, furtos, roubos, homicídios, a violência doméstica e a delinquência juvenil. As pessoas que trouxeram o segundo significado, a Violência é o contexto, referiram-se à corrupção, à miséria, à exclusão social, ao desemprego, à deficiência do Estado, ao preconceito e à trama complexa do tráfico de drogas. A violência se traduz em um ato sem sujeitos definidos. Não é possível identificar o “outro” que seria o culpado pela violência, mas sim um “contexto” que ocasiona a situação de violência. Vale ressaltar, porém, que a convergência em torno desse significado foi maior na região B, comunidade mais mobilizada, do que na região A.

Chama atenção a forte convergência em torno da representação da violência delinquencial nas duas regiões. Violência, para os entrevistados, são, sobretudo, os assaltos e assassinatos, correspondendo à observação de que essas são, de fato, as manifestações de violência dominante na consciência coletiva contemporânea. Este resultado também pode estar relacionado à precariedade da produção de informações sobre violência pelos órgãos públicos, representados principalmente pela mídia, que supervaloriza essa forma de violência, desfazendo o sentido dos diversos tipos que ocorrem na sociedade. Assim, a sociedade ou desconhece a magnitude e o significado do seu processo de violência, ou simplesmente se contenta com o que lhe é oferecido como verdade (Njaine e col., 1997; Minayo, 2006b).

As duas categorias seguintes trazem percepções que dizem respeito à **Intensidade** e à **Abrangência** da violência. Nelas, de forma bastante semelhante nas duas regiões, os entrevistados colocaram as ideias que têm sobre o estado geral da violência nas suas comunidades (controlada, intensa, aumentando e diminuindo) e sobre a localização espacial do fenômeno (generalizada na cidade ou no país e procedente de “fora”, ou seja, de outros bairros ou regiões da cidade).

Pode-se observar nessas representações alguns “mecanismos de defesa” dos entrevistados. Muitos deles negam-se a assumir a existência da violência em sua comunidade, afirmando que a situação está “controlada”, enquanto outros preferem generalizar a violência ou situá-la fora do local que identificam como sendo o seu. Houve casos também de respostas contraditórias sobre a situação da violência, dadas por um mesmo entrevistado.

Mais uma vez parece ter relevância a carga social e emocional que a violência desperta (Minayo, 2006b), embora não estivesse expressa com toda a sua força no momento da entrevista. Inconscientemente, essa carga emocional se fez presente nas atitudes de negação, afastamento e contradição evidenciadas nas falas dos entrevistados, o que sugere que a violência não é um tema confortável para muitos deles. É importante observar que as representações encontradas foram comuns nas duas regiões. Isso evidencia que, embora haja diferenças entre os contextos de mobilização popular, a violência é uma constante e constitui um fenômeno cuja percepção é inevitável para a comunidade, independentemente do nível de mobilização.

A quarta categoria aborda os **tipos** de violência percebidos pelas lideranças comunitárias em suas realidades. Foram identificados dois tipos: violência nas relações humanas ou interpessoal e violência na sociedade ou coletiva. Essas representações se aproximam da classificação criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (World Health Organization, 2002), que acrescenta a estas a violência autoinfligida.

No primeiro tipo, situam-se todas as formas da violência doméstica e as delinquências como furtos, roubos, assaltos, homicídios, brigas, adolescente em situação de risco e vandalismo. A violência doméstica foi mencionada por quatro dos 12 entrevistados da região A e por três dos 13 entrevistados da região B. Um exemplo destas falas:

... a problemática do ciúme, briga de marido e mulher em que o filho acaba entrando no meio, enfim, a questão família mesmo, eu vejo que a violência tá mais voltada pro lado família. (A11).

Pode-se refletir que, quando se fala do tema violência, a doméstica não é tão lembrada quanto outras, o que pode estar relacionado à dificuldade

da sociedade em admitir sua existência. Outra possível causa seria a própria legitimação da violência doméstica pela convenção social da “obediência aos pais”, que ajuda a reforçar a concepção de que o modelo de relação praticado pelo pai é o “correto” e o que deve ser seguido pelo filho (Gomes e Freire, 2005). Além disso, não se pode desconsiderar o peso que o machismo ainda tem na nossa cultura, e que ajuda a não reconhecer as práticas violentas contra a mulher como ilegítimas e reprováveis (Souza, 2005). A própria mulher, muitas vezes, adota uma postura de aceitação da violência doméstica por medo de viver sozinha, de perder o homem-provedor da casa ou, simplesmente, pela importância que tem para ela a manutenção da família (Diniz e col., 2007). Malta e colaboradores 2007, resumem as causas da pouca citação da violência doméstica quando refletem que ela “permanece um tabu, algo não dito e restrito aos ‘lares’, oculta, silenciada e, de certa maneira, tolerada com a convivência pactuada dos membros da família e da comunidade” (p. 46).

As representações sobre a delinquência, como forma de violência interpessoal, emergiram de maneira expressiva entre as lideranças das duas regiões, como exemplifica a seguinte fala:

Latrocínio, uso de droga entre menores, roubo, assalto à mão armada nos estabelecimentos comerciais do nosso bairro, invasão de domicílio, prostituição, e muito, muito, muito uso de droga. (B13).

Normalmente, associa-se violência diretamente à delinquência, como se ela fosse a única forma de violência existente. Diferentemente da violência doméstica, a delinquência é mais facilmente “julgável” do ponto de vista moral, porque é menos comprometida, o que proporciona a quem fala dela uma posição mais confortável (Minayo, 2006b). Além disso, admitir a existência de violência dentro dos próprios lares, de certa forma, seria incoerente com a postura de afastamento observada na primeira categoria de análise deste estudo. O contrário faz a representação da delinquência, que desloca o foco da violência para o “outro”, no caso, os “bandidos”.

No segundo grupo de tipos de violência, situam-se as formas coletivas, identificadas na primeira categoria como originárias do “contexto”: a exclusão social, a desigualdade socioeconômica, o desempre-

go, a corrupção, a incompetência governamental, a violência institucional, o preconceito e, de maneira especial, o tráfico de drogas.

Dentro do contexto identificado pelos entrevistados, é possível observar dois grandes focos de violência: a conjuntura socioeconômica e os governos. Ambos produzem a violência estrutural (Minayo, 2005).

Mas a comunidade aqui tem outra questão que é a violência pela exclusão social mesmo [...] Porque... quem nós elegemos pra poder dar a segurança, pra combater a violência, nos agride mais com a questão da violência de gastar o recurso público, né? de muitas vezes o imposto que a gente paga com o maior sacrifício, pra poder tá pagando altos salários pra pessoas beneficiadas do lado deles. Isso se dá no governo municipal, no estadual e no âmbito federal. [...] Porque o Estado não existe. Nós não temos Estado que existe como um direito que tá na Constituição. O Estado cuidar da segurança pública, o direito do cidadão, a saúde, a educação, isso nós não temos. (B3).

Contrariando o pensamento de que é difícil identificar a violência estrutural, essas representações emergiram nas entrevistas realizadas. Este resultado pode sugerir que a população tem uma visão mais clara da miséria e da corrupção como violências do que se pode imaginar. Porém, destacamos que na região B houve um número maior de lideranças que identificaram essa representação da violência, atribuindo-lhe um peso maior na análise do contexto. Isso remete à reflexão de que comunidades que possuem um contexto de mobilização popular mais desenvolvido percebem e explicitam uma visão sobre violência estrutural de forma mais expressiva.

No entanto, também na violência estrutural, seguiu-se a mesma dinâmica observada com a violência em geral, ou seja, optou-se também pelo “mecanismo de defesa” do afastamento da violência. Fez-se questão de ressaltar que a miséria, identificada como forma de violência, está “aqui”, mas ainda é pior em “outros” lugares. É como se essa atitude, que Velho (2002, p. 47-48) chama de “tapar o sol com a peneira”, fosse trazer algum sentimento de conforto ou até de resolução da situação que está mais próxima do respondente. Ainda assim, quando

se fala dessas modalidades de violência, começa-se, provavelmente, a abordar as raízes de sua problemática, para além dos julgamentos morais sobre a delinquência.

A violência praticada por profissionais de serviços (institucional) foi uma representação recorrente nas entrevistas realizadas. Essa é uma manifestação da violência também pouco estudada (Amaro e col., 2008) e constitui-se na violência praticada cotidianamente por membros de serviços básicos como saúde, educação, segurança, conselho tutelar, urbanismo, abastecimento de energia, etc. Trata-se de situações de violência que atingem o cidadão nos seus direitos mais primários, agravando a situação de exclusão e caos social referida por alguns entrevistados.

As falas a seguir ilustram essa situação:

E a questão de saúde [...] que eu vejo aqui no posto, eles só têm ali pra ter um trabalho [...] a gente é muito mal atendido mesmo! [...] É muito descaso. (A4).

... quem são as pessoas que na minha avaliação são as maiores culpadas? Polícia. Por quê? Não tem polícia? Tem. Mas tem os policiais que vêm nas bocas buscar o dinheiro à tarde. Pra não denunciar o traficante. (B2).

... a violência na escola e como também [...] os professores acabam também sendo agressivos. Eu percebo que não existe mais aquele educador, extremamente educado [...] eles são violentadores também. (A11).

Importa ressaltar que as percepções associadas à violência institucional, com relação a outros serviços que não a saúde e a educação, foram mais frequentes e variadas na região B, o que pode indicar que a melhor condição da mobilização popular acarreta uma maior percepção da comunidade para com essas formas de violência. É particularmente grave constatar essa forma de violência no contexto da população brasileira, permeado pela desigualdade social e por incompetências e corrupções do poder público (Velho, 2000; Lopes e col., 2008).

A cultura também foi identificada pelos entrevistados como um possível foco da violência, quando abordaram a questão do preconceito contra suas comunidades, como expressa a fala:

Fala que mora no [nome do bairro], falam: ah, eu não vou lá naquele lugar não, lá só tem bandido! (A10).

A violência cultural é a modalidade da violência que perpassa as relações humanas, disseminando comportamentos violentos, muitas vezes naturalizados (Briceño-Léon, 2005). O aspecto cultural interfere na dinâmica da violência na medida em que modera e regula as ações violentas, ora reprimindo-as, ora naturalizando-as, como no caso do preconceito (Müller, 1995). É provável que, por causa dessa naturalização, a violência cultural seja menos percebida, como ocorreu com as lideranças entrevistadas, entre as quais apenas duas de cada região abordaram essa forma. Porém, isso não a torna menos importante ou dolorosa, pois é uma forma de violência que ajuda a alicerçar outras, em função do caráter transversal e do papel legitimador que a cultura têm nas sociedades humanas (Müller, 1995).

Como pano de fundo para outras violências, especialmente a do tipo criminal, emergiu nas entrevistas de maneira evidente o contexto do tráfico de drogas. Lideranças, especialmente da região mais mobilizada, identificaram, na complexa rede de relações que o tráfico compõe a verdadeira causa para a ocorrência de diversas violências consideradas, a priori, como interpessoais. Muitos estudos têm levantado a questão das drogas como sendo uma “raiz profunda da violência” (Crowe e Ferreira, 2006, p. 88). O tráfico de drogas exerce um papel central na problemática da violência, pois reúne características como a junção de pessoas em torno de objetivos como o enriquecimento fácil e a ascensão social rápida, a disputa de poder, o envolvimento maciço da juventude e o poder financeiro alcançado por seus líderes (Zaluar, 2004).

A partir da realidade do tráfico, pode-se começar a vislumbrar outro nível de complexidade na tipificação da violência, que diz respeito às intrincadas relações existentes entre os tipos até aqui descritos. Por exemplo, o crescimento nos últimos tempos de jovens e adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas não tem precedentes. Em virtude da manutenção do vício, adolescentes e jovens têm cada vez mais se tornado presas fáceis dos grandes traficantes, estes sim, os verdadeiros mantenedores de uma rede criminosa quase sempre inatacável. Diversos

fatores colaboram para esse problema, como, por exemplo, as questões da desestruturação familiar, da carência material e outros aspectos intrínsecos a ela, como o emocional, o psicológico, o espiritual, etc. (Müller, 1995). A violência infantojuvenil invade as escolas e serviços de saúde, atingindo professores, médicos, enfermeiros e outros profissionais que passam, então, a aumentar o número de vítimas do tráfico. Em contrapartida, agrava-se o quadro da violência institucional (Amaro e col., 2008).

Quando, enfim, ocorrem detenções daqueles que praticam a violência criminal, sejam adolescentes ou adultos, é nos educandários, cadeias e presídios que o problema assume proporções ainda maiores, devido ao crime organizado lá instalado. O adolescente que, até então, só sabia praticar pequenos furtos, “capacita-se”, adquirindo o conhecimento das tramas complexas e ramificadas do crime, que chegam até os altos escalões do Judiciário e da classe política brasileira (Velho, 2000).

Considerações Finais

As quatro categorias encontradas neste estudo revelam semelhanças e diferenças entre as comunidades menos e mais mobilizadas, confirmando parcialmente a hipótese aventada neste estudo. Apontam que a violência aflige igualmente os dois tipos de comunidades, mas que a mobilização proporciona uma percepção mais aprofundada da realidade e mais condizente com a complexidade do problema, exemplificada nos significados de violência como reflexo da estrutura social, da cultura e das agressões por representantes dos serviços públicos, o que pode favorecer o enfrentamento desse fenômeno. A desmobilização, porém, favorece visões reducionistas como a de que violência se resume à delinquência.

Agradecimentos

À CAPES, pela bolsa de mestrado (MCPA). Ao CNPq, pela bolsa produtividade em pesquisa (SMA). À cientista social Francisca Vergínio Soares, pelas contribuições a respeito de conceitos sociológicos aplicados neste estudo.

Referências

- AISENBERG, E.; ELL, K. Contextualizing community violence and its effects. *Journal of Interpersonal Violence*, New York, v. 20, n. 7, p. 855-871, 2005.
- AMARO, M. C. P.; ANDRADE, S. M.; GARANHANI, M. L. A atuação do serviço de saúde na violência sob o olhar de lideranças comunitárias de Londrina (PR). *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 171-180, 2008.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRICEÑO-LEÓN, R. Urban violence and public health in Latin America: a sociological explanatory framework. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1629-1664, 2005.
- CROWE, J.; FERREIRA, S. L. Jardim Ângela: em defesa da vida. *Divulgação em Saúde para Debate*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 85-91, 2006.
- DINIZ, N. M. F.; SANTOS, M. F. S.; LOPES, R. L. M. Representações sociais da família e violência. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 6, p. 1184-1189, 2007.
- GOMES, N. P.; FREIRE, N. M. Vivência da violência familiar: homens que violentam suas companheiras. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 58, n. 2, p. 176-179, 2005.
- KAWACHI, I. et al. Social capital, income inequality, and mortality. *American Journal of Public Health*, Washington, DC, v. 87, n. 9, p. 1491-1498, 1997.
- LOPES, R. E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 63-76, 2008.
- LOURENÇO, M. R.; TREVIZAN, M. A. Líderes da enfermagem brasileira: sua visão sobre a temática da liderança e sua percepção a respeito da relação liderança & enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 14-19, 2001.

- MACEDO, A. C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 515-522, 2001.
- MALTA, D. C. et al. Iniciativas de vigilância e prevenção de acidentes e violência no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, DF, v. 16, n. 1, p. 45-55, 2007.
- MINAYO, M. C. S. Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 55-63, 2005.
- MINAYO, M. C. S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006a.
- MINAYO, M. C. S. Violência, um problema social que afeta a saúde pública. *Divulgação em Saúde para Debate*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 23-35, 2006b.
- MÜLLER, J. M. *O princípio de não-violência: percurso filosófico*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- NJAINÉ, K. et al. A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 405-414, 1997.
- SOUZA, E. M.; GRUNDY, E. Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1354-1360, 2004.
- SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 59-70, 2005.
- VELHO, G. O desafio da violência. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 56-60, 2000.
- VELHO, G. *Mudança, crise e violência: política e cultura no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World report on violence and health*. Geneva, 2002.
- ZALUAR, A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Recebido em: 16/04/2009

Aprovado em: 10/12/2009